

Do *infans* ao falante: o tempo para se contar

Nina Virgínia de Araújo Leite*

"E esta espécie de círculo, onde a língua se precede a quem a aprende, ensina-se por si mesma e sugere a própria decifração, é talvez o prodígio que define a linguagem".

(Merleau-Ponty)

I – Qual a particularidade que o título desta mesa – o tempo na aquisição da linguagem – pode pretender destacar, se o próprio de qualquer abordagem de aquisição é o desdobramento de um certo fenômeno no tempo? Ou, talvez, as modalizações temporais de um real a ser construído e calculado pelo olhar do cientista? Se isto se apresenta, aparentemente, como um truísmo, uma vez que não poderíamos conceber a aquisição fora do tempo, qual seria a relevância de apontá-lo, e no que se sustentaria tal proposta, além do apoio que a ausência da consideração do tempo em algumas teorias pode fornecer, como é o caso da teoria gerativa que, no dizer de Ruth Lopes (2000) o coloca em suspensão?

Penso que o gesto teórico que se esboça ao se buscar articular a dimensão do tempo na aquisição não é, entretanto, sem consequências, pois não é um gesto ingênuo e natural, mesmo se tivéssemos que nos referir tão somente à dimensão cronológica do tempo. Pois, se é verdade que todo e qualquer fenômeno estudado ocorre contingenciado no tempo, o fato do dado de aquisição ser dependente de um tempo – que deixo aqui não especificado – impõe, por si só, a necessidade de um outro olhar.

Não é sem razão que o campo dos estudos de aquisição da linguagem mantém relações conflituosas com a ciência da língua, já que a singularidade da presença da criança na linguagem impede a utilização de categorias construídas para dar conta de um

* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

EDIPUCRS – Coleção Memória das Letras

1-GIL, Fernando C.
O ROMANCE DA URBANIZAÇÃO
1999, 148p.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 - Porto Alegre – RS/BRASIL
www.pucrs.br/edipucrs/
E-mail edipucrs@pucrs.br
Fone/Fax: (51) 3320.3523

língua que, embora suposta materna para um falante, faz dele a economia, exceto enquanto suporte necessário de sua enunciação. Não se trata aqui, entretanto, de supor que a ciência nada tem a dizer sobre o real da aquisição; pelo contrário, o que se propõe é interrogar as suas produções enquanto atravessadas pelas ficções de um sujeito e nisto surpreender o encontro com a criança.

Uma vez que se reconheça *na* língua, cujo real a ciência calcula, a instância de sua enunciação, instante de um ato de fala, impõe-se pensar o tipo de articulação que vigora entre a sincronia e a diacronia, e os estudos de aquisição nos convocam justamente neste lugar privilegiado, ponto de cruzamento da anterioridade de um simbólico estruturado e a emergência de uma resposta do real (seja lá como tomemos o sujeito "antes" de seu nascimento na linguagem). Então, se o sujeito pode ser tomado como uma resposta do real ao significante, então, podemos afirmar que o significante é causa do sujeito.

Há entretanto uma particularidade nesta convocação feita pelos estudos de aquisição da linguagem já que se trata de um momento mítico de origem do sujeito na linguagem, e nisto, uma ficção sobre o nascimento da linguagem. Que as questões sobre a origem (do sujeito e da linguagem) carreguem um impossível de ser domesticado não deve nos tornar cegos para as ficções que, científicas ou não, comandam as nossas elaborações. Pois partimos aqui do reconhecimento dos limites que a reflexão na consciência nos impõe como desconhecimento, e propomos, então, interrogar as teorias sobre o fenômeno da aquisição, isto é, da passagem de um estado "originário" à condição de sujeito falante, à luz desta intrincada nodulação entre objeto de estudo e sujeito que teoriza. Pois não é insignificante que alguém escolha e se debruce sobre um objeto cuja particularidade diz de sua própria condição de sujeito. Não deveríamos então supor que as reflexões teóricas sejam aqui atravessadas, mais do que em qualquer outro campo, pelas ficções da origem do sujeito? Que a resposta à questão da origem implique a ficção é apenas consequência do fato mesmo que estudamos: somos seres de linguagem e por isto só podemos abordar o real pelo simbólico.

II – A investigação que buscamos desenvolver visa a refletir sobre o sintagma "língua materna", uma vez que, interrogando-o, podemos indicar a ineliminável presença de um sujeito para quem a língua se configura como materna. Qual seria a razão desta nomeação se ela não implicasse de imediato um sujeito? Se a denominamos "materna", é portanto para referenciar-nos, além da indicação costumeira de primeira língua, a incidência irredutível de um efeito sujeito. É comum encontrarmos a identificação de "lín-

gua materna" com a primeira língua, e nisto a língua falada pela mãe, fazendo a suposição de uma outra, a estrangeira, segunda; e também com a língua nacional, implicando desta forma uma identificação do falante através da língua que sustenta a unificação subentendida no conceito de nação.

Se adotamos essas definições, podemos inferir que o qualificativo "materna" presente na expressão se refere quer ao primeiro Outro significativo para a criança, quer à nação-mãe à qual todo falante deve sua filiação. No entanto, alguns problemas se colocam quando constatamos não haver filiação sem recurso à instância paterna, problema este que incide tanto para a primeira quanto para a segunda definições acima apresentadas. Como aí se marca o que advém da instância paterna? Explicuemo-nos: que uma língua seja identificada como "natural", eis o mínimo para que daí se conclua que ela seja "materna" para um falante. No entanto, isto não é suficiente para que se conclua haver uma sinonímia entre língua e "língua materna". Torna-se então necessário cercar a especificidade do que está implicado no sintagma, a partir de uma afirmação de diferença radical entre o conjunto de propriedades que nos permite designar algo como um exemplar de língua e as propriedades que fazem uma língua "materna" para um falante. Vemos então que para nos aproximarmos de uma conceitualização de "língua materna" a partir da psicanálise, é preciso distinguir entre o sujeito que se estrutura pela linguagem, e o sujeito enquanto suporte indispensável que qualquer teoria sobre a língua pressupõe. Neste sentido, alinhamo-nos com Milner (1987) quanto a haver uma incomensurabilidade entre o objeto que uma teoria lingüística pode circunscrever e isto que se designa sob a expressão "língua materna".

Para esclarecermos o que se entende por "língua materna", sirvo-me primeiramente de uma indicação de Melman (1992) quando de uma intervenção em um encontro sobre psicanálise com crianças, no qual se pergunta se é possível afirmar que "mãe" seja um nome, e conclui que, na língua, serve-se desta palavra essencialmente como metáfora que indica ao mesmo tempo a causa original e a matéria. Nesse sentido, podemos afirmar que enquanto materna uma língua é causa singular do sujeito, matéria fundadora de seu psiquismo. Nomear uma língua, materna, é portanto atribuir à língua este estatuto de causação do sujeito.

Consideremos, em primeiro lugar, o fato da estrita dependência em que o bebê humano se encontra com relação adulto, como condição constitutiva da subjetividade. Isto nos leva a ressaltar que de início temos um aparelho psíquico que sustenta a existência de dois seres. Através de que caminhos surgirá um novo sujeito?

O desamparo em que a cria humana se encontra ao nascer, por efeito de uma prematuração, estabelece a presença do Outro como condição de possibilidade da existência mesma do sujeito. E a relação com o Outro, para o ser falante, se realiza essencialmente pela via da demanda, vale dizer, da linguagem. Com isto afirmamos que a possibilidade de nascimento psíquico de um sujeito depende do bebê ocupar um lugar na economia psíquica do agente materno. Este lugar é o de objeto fálico, objeto que se caracteriza pelo fato de ser colocado como imaginariamente completando a falta real no simbólico em que habita o humano. Vê-se, então, que ocupar o lugar de objeto para o Outro é condição fundante da subjetividade, uma vez que aí se instala o campo da significância; a presença do bebê se reveste de significação e a suposição de um falante aí se realiza. A mãe fala com o bebê, e da forma específica como o faz, porque supõe aí um sujeito que se engancha ao seu desejo. A suposição de um falante se assenta na condição de objeto para o agente materno. Mas, se o *infans* encontra o seu lugar na série psíquica da mãe, sendo colocado no lugar de substituição ao falo, como responder à demanda que daí advém? E, mais ainda, o que este Outro deseja e que se perfila para além disto que ele diz?

Mas, por que podemos dizer que o desejo depende da linguagem? Mesmo sem entrarmos aqui na especificidade conceitual implicada no uso de termos como demanda, necessidade e desejo, fundamentais na presente discussão, é possível destacarmos que, se o desejo se sustenta na falta, esta se funda na linguagem. O próprio princípio de funcionamento da linguagem impõe o fato da não coincidência entre o acontecimento de um enunciado e sua significação, ou seja, a significação de um enunciado nunca é dada a si mesma, ficando sempre suspensa, à espera de outras enunciações. Se o significante se define na relação com o conjunto de significantes, se a significação remete indefinidamente a outra significação, então não podemos deixar de reconhecer a falta como o fundamento do processo de significação. Aí ser possível pensar que a língua, como corpo, comporta um lugar vazado que não deixa de solicitar o corpo do sujeito.

Dada a condição de objeto para um Outro, a possibilidade de tornar-se sujeito dependerá evidentemente de uma saída desta posição. Ou seja, à demanda da mãe, se em um primeiro momento a criança deve responder com seu corpo, subtrair-se desta condição necessariamente implicará em defender-se. É por isto que podemos afirmar, com Calligaris (1986) que toda estruturação subjetiva é uma estruturação de defesa.

Mas, do que estaria se defendendo o sujeito, ao se estruturar? Seguindo as formulações deste autor podemos afirmar, de modo simplificado, que é uma defesa contra perder-se como objeto do gozo do Outro. Defesa contra o fato de, como objeto, ser reduzido ao corpo. Desse modo, a estruturação subjetiva implica que o real do corpo possa ser substituído por uma significação que prevaleça sobre a demanda imaginária de ser objeto para a mãe. É importante salientar que a significação é possibilitada por um saber sobre a demanda do outro. O saber sobre o que o Outro deseja vai ser referido a um sujeito – o pai – que supostamente sabe lidar com a demanda da mãe. É a intervenção da lei do pai que barra o gozo incestuosos de um momento mítico em que se supõe ter havido uma copulação perfeita das palavras com o corpo. Se este gozo fica barrado pela operação paterna, nem por isto a tentativa de atender a demanda materna deixará de ser perseguida. Vemos, então, que submeter-se ao funcionamento simbólico impõe para a criança a renúncia à mãe como objeto primordial. Assim, podemos dizer com Melman (1992) que a língua materna é aquela na qual o corpo da mãe é interdito para um sujeito, devendo por isto constituir-se como a língua na qual o corpo da mãe será imaginizado. Portanto, a nomeação de uma língua como materna se faz, nesta definição, a partir do objeto que ela interdita. Ao invés de nomear a instância paterna interditora de um gozo incestuoso, o sintagma “língua materna” indica o objeto aí perdido.

Tomando estas referências teóricas e no quadro que permitem delinear, podemos identificar alguns modos particulares de inclusão do tempo nos estudos de aquisição da linguagem:

- 1- um tempo mítico da instalação do significante no corpo, respondendo pela pergunta: como se dá a incorporação do simbólico? O que faz comensurabilidade entre o heterogêneo do simbólico e o real?
- 2- tempos de estruturação subjetiva referidos às posições da criança na relação com o Outro. Uma tarefa aqui se impõe: diferenciar e fazer trabalhar a alteridade enquanto referida ao Outro da linguagem e enquanto Outro do desejo. Duas escansões são aqui relevantes: o estádio do espelho e a constituição da metáfora paterna.
- 3- tempos no discurso da mãe dirigido à criança. No escopo desta investigação caberia partir da hipótese de Bergès e Balbo (1999): é por uma identificação transitiva ao lugar em que, no discurso, a mãe faz a hipótese de saber no sujeito que a criança entra no circuito simbólico. Deveríamos nos perguntar aqui o que sustenta essa entrada, se estamos trabalhando com uma hipótese anti-reducionista.

- 4- um tempo referido não mais à aquisição, a este-real impossível de ser apreendido, instante em que o "não ainda" se transforma em um "já aí", mas a seus efeitos inscritos na teoria, pela via de um tempo da aquisição. O tempo na aquisição passa aqui a se referir ao tempo da aquisição, pela ficção do teórico. A ficção do método contemporiza uma criança que terá sido: a criança estruturalista, behaviorista, poeta, epistemóloga, pequeno inventor, construtora, pequeno Édipo, Narciso... Quanto à criança autista ou psicótica que método a inventaria senão o que Wolfson propôs à Lingüística?

O tempo da aquisição, este que configura o objeto do olhar tanto do lingüista preocupado com a aquisição quanto do psicanalista – quer ele trabalhe ou não com crianças – não poderia ser, então, pensado como o tempo da transmissão da linguagem, e nisto, transmissão do desejo?

Se a presença do Outro é fundamental nesta tarefa, não nos esqueçamos de que ela nos confronta com a particularidade de sua incidência: é de um Outro do desejo que se trata, e este não poderia ser anônimo. Então, se podemos concordar com o filósofo citado na epígrafe deste trabalho, tão pouco deixamos de acrescentar que o tecido do círculo é a filiação, transmissão do desejo.

Referências bibliográficas

- BERGÈS, J.; BALBO, G. *Jeu des places de la mère et de l'enfant – essai sur le transi-tivisme*. Paris: Èrès, 1999.
- CALLIGARIS, C. *Hipótese sobre o fantasma na cura psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- LOPES, R. E. V. O tempo sou eu quando fico grande. *Cadernos de Estudos Lin-güísticos*, 38, p. 51-59, 2000.
- MELMAN, C. *Imigrantes – incidências subjetivas das mudanças de línguas e país*. São Paulo: Escuta, 1992.
- . La Linguisterie. *La Psychanalyse de L'Enfant*, 12, p. 127-144, 1992.
- MERLEAU-PONTY, M. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: *Signes*, Paris: Gallimard, 1960.
- MILNER, J.-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.